



ESTADO DO ACRE
PODER LEGISLATIVO
CÂMARA MUNICIPAL DE MÂNCIO LIMA

CONTRATO N.º 002/2022
DISPENSA DE LICITAÇÃO N.º 002/2022
PROCESSO ADMINISTRATIVO N.º 002/2022

CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS, QUE ENTRE SÍ CELEBRAM CÂMARA MUNICIPAL DE MÂNCIO LIMA, POR INTERMÉDIO DA VEREADOR PRESIDENTE O SR. RENAN DA COSTA SILVA E ADERBAN QUEIROZ DA SILVA

CÂMARA MUNICIPAL MÂNCIO LIMA – ESTADO DO ACRE, pessoa jurídica de Direito Público Interno, inscrito no CNPJ sob o n.º. **04.510.277/0001-15**, localizada na Avenida Japiim, 150 – Centro – CEP: 69.990-000 Telefone: (68) 3343-1192, Mâncio Lima, neste ato representado pelo vereador presidente S.^l. **RENAN DA COSTA SILVA**, brasileiro, portador do RG o n.º. **10117067** SJSP/AC e inscrito no CPF n.º. **926.428.532-68**, e de outro lado **ADERBAN QUEIROZ DA SILVA**, brasileiro, portador da RG sob o n.º **0336286** e inscrito no CPF: **651.943.652-68**, residente na Rua João Mariano da Silva, n.º 365 bairro Guarany, Mâncio Lima – Estado do Acre, neste ato denominado simplesmente **CONTRATADA**, resolvem celebrar o presente Contrato em conformidade com o que consta do Processo Administrativo n.º **002/2022**, referente a Dispensa de Licitação N.º **002/2022**, com fundamento na Lei n.º 8.666, de 21 de junho de 1993, mediante as Cláusulas e condições seguintes:

CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO

O presente Contrato tem por objeto a Visando a contratação de pessoa física para alimentação, publicação e divulgação das ações da Câmara municipal de Mâncio Lima.

CLÁUSULA SEGUNDA – DO LOCAL DA EXECUÇÃO DOS SERVIÇOS

Os serviços serão executados onde houver acesso à internet.

CLÁUSULA TERCEIRA - DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE

Durante a vigência contratual a **CONTRATANTE** deverá:

- 1 – A seu critério, e através do representante da Câmara Municipal de Mâncio Lima ou de pessoas previamente designadas, exercer ampla, irrestrita e permanente fiscalização da execução do contrato;
- 2 – Não responder por quaisquer compromissos assumidos pela contratada com terceiros, ainda que vinculados à execução do presente contrato, bem como por



ESTADO DO ACRE
PODER LEGISLATIVO
CÂMARA MUNICIPAL DE MÂNCIO LIMA

quaisquer danos causados a terceiros em decorrência de ato da contratada e de seus empregados, prepostos ou subordinados;

3 – Comunicar a pessoa contratada todas e quaisquer ocorrências relacionadas com a prestação de serviços;

CLÁUSULA QUARTA- DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

Constituem obrigações da **CONTRATADA**, além de outras previstas neste Contrato e na legislação pertinente, as seguintes:

1 – Ressalvadas as hipóteses do caso fortuito ou força maior, a contratada responderá pela cobertura integral de quaisquer prejuízos sofridos diretamente pela contratante ou causados a terceiros, por ato ou fato, comissivo ou omissivo, da contratada ou de seus prepostos;

2 – Atender às determinações da fiscalização da Câmara Municipal de Mâncio Lima, providenciar a imediata correção das deficiências apontadas pela fiscalização quanto à prestação de serviços.

3 – Manter entendimento com a Câmara Municipal de Mâncio Lima, objetivando evitar interrupções ou paralisações durante a prestação de serviços;

5 – Responsabilizar-se pela procedência, e seriedade na prestação de serviços;

6 – Manter, durante a execução do contrato todas as condições de habilitação e de qualificação exigidas na licitação;

7 – Não transferir a outrem, no todo ou em parte, o objeto do presente contrato.

8 – Atender às determinações da Câmara Municipal de Mâncio Lima e providenciar a imediata correção das deficiências apontadas pela fiscalização quanto a prestação dos serviços;

9 – Manter entendimento com a Câmara Municipal de Mâncio Lima objetivando evitar interrupções ou paralisações durante a prestação de serviços;

10 – Responsabilizar-se pela procedência, qualidade executar serviços;

CLÁUSULA QUINTA – DO VALOR DO CONTRATO

O valor do presente Contrato Global é de **R\$ 14.400,00** (quatorze mil e quatrocentos reais) pagável em 12 parcelas mensais de 1.200,00 (hum mil e duzentos reais) e acordo com os valores especificados na Proposta da vencedora.

CLÁUSULA SEXTA- DA FORMA DE PAGAMENTO

1. O pagamento pelos serviços efetivamente prestado será creditado em parcela única em nome da Contratada, em conta corrente por ela indicada, em moeda corrente nacional, mediante ordem bancária, uma vez satisfeitas as formalidades previstas nos art.s 5º, 73 e 15, § 8º, da Lei 8.666/93, e ocorrerá no prazo não superior a 30 (trinta) dias, acompanhada da nota fiscal devidamente atestada por servidor indicado como supervisor dessa contratação, acompanhado das Certidões: Certidão Negativa de Débito Municipal; Certidão Negativa de Débito Estadual; Certidão Negativa de Débito Federal;



ESTADO DO ACRE
PODER LEGISLATIVO
CÂMARA MUNICIPAL DE MÂNCIO LIMA

Certidão Negativa de Débito do INSS; Certidão Negativa de Débito do FGTS; Certidão Negativa de Débito Trabalhista.

CLÁUSULA SÉTIMA - DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

As despesas decorrerão da unidade orçamentária;

Programa de Trabalho: 01.031.0001.2001.0000 – Manutenção das atividades

Legislativas; Elemento de Despesa: 33.90.36.00.00 – Outros Serviços de Terceiros

Pessoa Física; Fonte de Recurso: 001

CLÁUSULA OITAVA - DA VIGÊNCIA

O prazo estimado para a execução das atividades previstas neste CONTRATO será de 12 (doze meses), contados da data da assinatura do contrato, conforme o art. nº 57, II da Lei nº 8.666/93

A CONTRATADA, manterá, durante toda a execução do Contrato, todas as condições de habilitação.

CLÁUSULA NONA - DA PUBLICAÇÃO

Incumbirá à Contratante a publicação deste Contrato no Diário Oficial do Estado – D.O.E, conforme dispõe o parágrafo único, do art. 61, da Lei 8.666/93.

CLÁUSULA DÉCIMA - DO FORO

O Foro para dirimir quaisquer questões oriundas da execução do presente Contrato é o da Comarca não instalada de Mâncio Lima – Acre, sob jurisdição da comarca de Mâncio Lima - Acre, excluindo qualquer outro. E assim, por estarem de acordo, ajustados e contratados, após lido e achado conforme, as partes a seguir firmam o presente Contrato em 02 (duas) vias, de igual teor e forma, para um só efeito, na presença de 02 (duas) testemunhas abaixo assinadas.

Mâncio Lima/AC, 10 de janeiro de 2022.

Renan da Costa Silva

CPF:926.428.532-68

Presidente da Câmara Municipal de Mâncio Lima
Contratante

Aderban Queiroz da Silva,

CPF: 651.943.652-68,

Contratada



Estado do Acre
Câmara Municipal de Mâncio Lima

Dispensa de Licitação n.º 002/2022

PARECER JURÍDICO

EMENTA: DISPENSA DE LICITAÇÃO. CONTRATAÇÃO DIRETA. CÂMARA MUNICIPAL DE MÂNCIO LIMA. PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS. LEGALIDADE ARTS. 24, II, DA LEI 8.666/93. POSSIBILIDADE COM RECOMENDAÇÕES.

1 - DOS FATOS

Foi efetivada uma consulta ao setor jurídico sobre a seguinte situação in verbis: **“Dispensa de Licitação (Contratação Direta) para prestação de serviços, nos termos do Art. 24, II da Lei 8.666/93. Vejamos;**

Trata-se o presente parecer de consulta formulada pela Comissão de Licitação – CPL, acerca da possibilidade de contratação direta, com base no art. 24, inc. II, da Lei nº 8666/93, para contratação, do procedimento de Dispensa de Licitação nº. 02/2022, para fins de parecer, que tem com objeto visando à contratação de prestação de serviços para alimentação, publicação e divulgação das ações da Câmara Municipal de Mâncio Lima, Conforme solicitação e especificação. Em regime de urgência para atender as necessidades da Câmara Municipal de Mâncio Lima, Conforme solicitação e especificações.

O referido procedimento veio para análise a esta Assessoria Jurídico-Administrativa da Câmara Municipal de Plácido de Castro - Acre, e encontram-se anexos à solicitação acima referenciada constam: Despacho; Justificativa; Cotação de Preços; Mapa Comparativo de Preços; Documentos Habilitatórios; Justificativa do Preço e da Escolha do Fornecedor.



Estado do Acre

Câmara Municipal de Mâncio Lima

Nesta feita, a melhor resposta estar fundamentada na legislação pátria, em vigor.

É o relatório, passa a fundamentar;

2 - DA FUNDAMENTAÇÃO

Preliminarmente, devemos deixar consignado que realizaremos somente a análise referente ao aspecto legal da presente propositura, não sendo de nossa alçada tecer qualquer manifestação referente à vontade administrativa em relação à contratação.

Cumpre salientar que, a licitação é um procedimento administrativo formal mediante o qual a Administração seleciona a proposta mais vantajosa para o contrato de seu interesse, respeitando-se os princípios constitucionais da legalidade, isonomia, impessoalidade, moralidade e publicidade.

O procedimento licitatório tem finalidade dupla, como já prevê a Lei 8.666/93 em seu Art. 3º, que dispõe da seguinte forma: "A licitação destina-se a garantir a observância do princípio constitucional da isonomia e a selecionar a proposta mais vantajosa para a Administração [...]".

Acerca desse aspecto, a Constituição Federal de 1988 dispõe da seguinte forma:

Art. 37 – A administração pública direta e indireta de qualquer dos Poderes da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios obedecerá aos princípios de legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade e eficiência e, também, ao seguinte:

[...]

XXI - ressalvados os casos especificados na legislação, as obras, serviços, compras e alienações serão contratados mediante processo de licitação pública que assegure igualdade de condições a todos os concorrentes, com cláusulas que estabeleçam obrigações de pagamento, mantidas as condições efetivas da proposta, nos termos da lei, o qual somente permitirá as exigências de qualificação técnica e econômica indispensáveis à garantia do cumprimento das obrigações.

Em que pese à licitação ser a regra, a lei 8.666/93 prevê hipóteses de dispensa, senão vejamos:

"Art. 24. É dispensável a licitação:



Estado do Acre
Câmara Municipal de Mâncio Lima

[...]

II - para outros serviços e compras de valor até 10% (dez por cento) do limite previsto na alínea 'a' do inciso II do artigo anterior e para alienações, nos casos previstos nesta Lei, desde que não se refiram a parcelas de um mesmo serviço, compra ou alienação de maior vulto que possa ser realizada de uma só vez."

Acerca desta forma de Dispensa de Licitação, assim ensina Jorge Ulisses Jacoby Fernandes¹:

"O custo do procedimento para assegurar os valores jurídicos que determinam a licitação devem ser coordenados com os demais princípios do Direito, inclusive o princípio constitucional da economicidade, que deve nortear os atos administrativos. O reduzido valor do objeto a ser contratado colocaria em conflito o princípio da licitação e o da economicidade, ensejando um gasto superior à vantagem direta aferível pela Administração, decidindo o legislador, à vista do interesse público, pela prevalência do segundo." (Destacou-se).

O inciso II do Art. 24 autoriza a dispensa de licitação em razão do valor desde que, isoladamente, não se refira à parcela de um mesmo objeto.

Então, primeiramente, tem-se que o *quantum* estimado da despesa a ser realizada com a contratação de objetos da mesma natureza definirá se é caso de dispensa em razão do valor (Art. 24, inciso II, da Lei nº 8.666/93).

Assim, foi o posicionamento da Douta Procuradoria-Geral do Estado, que emitiu o Parecer PGE/PA nº. 047/2004², no qual sedimentou o entendimento de que os casos de contratação direta por dispensa de licitação fundada pelo seu pequeno valor devem se limitar ao **CONSUMO ANUAL** do objeto, sob pena de caracterização do ilegal fracionamento de licitação, *in verbis*:

"De outra face, admoestamos ao administrador para que adote todas as precauções necessárias, quando das contratações diretas em razão do valor, a fim de elidir qualquer questionamento acerca de suposto fracionamento do objeto a ser contratado, em infração à lei."

¹ 1Contratação Direta Sem Licitação: 4ª Ed., Brasília Jurídica, Brasília, 1999, p.223.

² Revista de Direito da Procuradoria-Geral do Estado do Acre, Rio Branco: Procuradoria-Geral do Estado: Centro de Estudos Jurídicos, v. 4, 2004/2005. Anual. p. 211/212



Estado do Acre

Câmara Municipal de Mâncio Lima

Isso posto, verifica-se que no pedido de solicitação da referida contratação, foi observado que o valor não ultrapassa o limite máximo do permissivo legal, e ainda, o Setor competente atestou a Inexistência de Fracionamento.

Assim, verifica-se que a proposta apresentada se encontra dentro do limite de legal, ou seja, o valor é inferior a **R\$ 17.600,00 (dezesete mil e seiscentos reais)**, portanto, evidencia-se que é possível a contratação direta, uma vez que, ao serem considerados isoladamente, não ultrapassam o limite para a dispensa.

Cumpre, ainda, sugerir que se adote para as próximas contratações o devido procedimento licitatório, por ser um serviço de ampla disputa no mercado.

Além do já exposto, devem ser analisadas as exigências legais aplicáveis aos casos de dispensa de licitação.

Assim, em todas as contratações diretas sem licitação, inclusive naquelas decorrentes de dispensa de licitação pelo valor, deve existir processo administrativo em que restem demonstradas a **razão da escolha do contratado e a justificativa do preço do objeto**.

Tal assertiva é evidenciada pelo parágrafo único do Art. 26 da Lei de Licitações, que assim dispõe:

"Art. 26.

[...]

Parágrafo único. O processo de dispensa, de inexigibilidade ou de retardamento previsto neste artigo, será instruído, no que couber, com os seguintes documentos:

I - Caracterização da situação emergencial ou calamitosa que justifique a dispensa, quando for o caso;

II - DA RAZÃO DA ESCOLHA DO FORNECEDOR OU EXECUTANTE

Em análise aos presentes autos, observamos que foram realizadas pesquisas de preços, tendo **ADERBAN QUEIROZ DA SILVA, CPF:651.943.652-68**; Endereço: Rua João Mariano da Silva, nº 365 bairro Guarany. **Valor da Proposta de R\$ 14.400,00 (quatorze mil e quatrocentos reais)** apresentado assim preços compatíveis com os praticados nesta Administração.



Estado do Acre

Câmara Municipal de Mâncio Lima

A prestação de serviço disponibilizado pela empresa supracitada é compatível e não apresenta diferença que venha a influenciar na escolha, ficando está vinculada apenas à verificação do critério do menor preço.

III – DAS COTAÇÕES E DA JUSTIFICATIVA DO PREÇO

No processo em epígrafe, verificaram-se as cotações devido à natureza do objeto do procedimento. Verificando e averiguando os valores praticados com a Administração Pública, na forma do Art. 15, inciso V da Lei n.º. 8.666/93, a empresa vencedora em seus demonstrativos corroborou o valor praticado com esta Autarquia em comparação a demais órgão/entes públicos.

Assim, diante do exposto, restou comprovado ser o valor médio de mercado praticado com a Administração igual a **R\$ 14.400,00** (quatorze mil e quatrocentos reais)

Em comparando a pesquisa realizada, demonstra-se que a contratação está dentro do valor de mercado.

O critério do menor preço deve presidir a escolha do adjudicatário direto como regra geral, e o meio de aferi-lo está em juntar aos autos do respectivo processo pelo menos 03 (três) propostas.

A despeito desta assertiva, o TCU já se manifestou:

“adotar como regra a realização de coleta de preços nas contratações de serviço e compras dispensadas de licitação com fundamento no art. 24, inciso II, da lei n. 8.666/93” (Decisão n.º 678/95-TCU-Plenário, Rel. Min. Lincoln Magalhães da Rocha. DOU de 28. 12.95, pág. 22.603).

“Proceda, quando da realização de licitação, dispensa ou inexigibilidade, à consulta de preços correntes no mercado, ou fixados por órgão oficial competente ou, ainda, constantes do sistema de registro de preços, em cumprimento ao disposto no art. 26, parágrafo único, inciso III, e art. 43, inciso IV, da Lei 8.666/1993, os quais devem ser anexados ao procedimento licitatório (...).” Acórdão 1705/2003 Plenário.

No caso em apreço, os requisitos que se aplicam ao caso - a razão da escolha do fornecedor e a justificativa de preço estão presentes nos autos em apreço.



Estado do Acre
Câmara Municipal de Mâncio Lima

De acordo com as diretrizes do Tribunal de Contas da União, como pode ser visto acima, a orientação é que no caso de dispensa e inexigibilidade seja obedecida à coleta de preços, que por analogia deve obedecer ao procedimento da modalidade convite que exige no mínimo três licitantes.

De acordo com a Lei 8.666/93, após a cotação, verificado o menor preço, adjudica-se o serviço àquele que possuir o menor preço, a habilitação jurídica, qualificação técnica, qualificação econômico-financeira, e regularidade fiscal, de acordo com o que reza o Art. 27 da Lei 8.666/93, em seus incisos de I a IV.

Acerca da **previsão orçamentária**, tanto a Constituição da República, em seu Art. 167, como a Lei nº. 8.666/93, no inc. III do § 2º do Art. 7º, art. 14, Art. 38 e no inc. V do Art. 55, exigem a devida previsão orçamentária para efeito de efetivação de despesa. No caso dos autos, constata-se a indicação da Dotação Orçamentária, conforme a seguir:

- Programa de Trabalho: 0000.01.031.0100.2001.0000 – Manutenção das Atividades Legislativas;
- Elemento de Despesa: 33.90.36.00.00 –; Serviços de Terceiros Pessoa Física.
- Fonte de Recurso: 101.

Outro aspecto importante na contratação direta em razão do valor é a possibilidade de a Administração dispensar a publicação dos atos de dispensa e inexigibilidade, vejamos o que dispõe o *caput* do Art. 26 da Lei de Licitações:

“Art. 26. As dispensas previstas nos §§ 2º e 4º do art. 17 e no inciso III e seguintes do art. 24, as situações de inexigibilidade referidas no art. 25, necessariamente justificadas, e o retardamento previsto no final do parágrafo único do art. 8º desta Lei deverão ser comunicados, dentro de 3 (três) dias, à autoridade superior, para ratificação e publicação na imprensa oficial, no prazo de 5 (cinco) dias, como condição para a eficácia dos atos.”(Grifou-se).

Da análise do dispositivo supratranscrito, tem-se que tal dispositivo exclui a hipótese de publicação dos atos de dispensa de procedimento licitatório nos casos dos incisos I e II, do Art. 24 da Lei nº 8.666/93, ou seja, a sua publicação é desnecessária.



Estado do Acre

Câmara Municipal de Mâncio Lima

Ressalte-se, no entanto, que não sendo possível aplicar-se o contido no Art. 26, com relação à publicidade do ato de dispensa no procedimento licitatório, nos casos dos incisos I e II do Art. 24 da Lei de Licitações, tem-se que a sua eficácia deverá se formalizar por outra forma, qual seja: pela publicação, na imprensa oficial, do extrato contratual, nos moldes do Art. 61, parágrafo único, do sobredito Diploma Legal:

"Art. 61. Todo contrato deve mencionar os nomes das partes e os de seus representantes, a finalidade, o ato que autorizou a sua lavratura, o número do processo da licitação, da dispensa ou da inexigibilidade, a sujeição dos contratantes às normas desta Lei e às cláusulas contratuais.

Parágrafo único. A publicação resumida do instrumento de contrato ou de seus aditamentos na imprensa oficial, que é condição indispensável para sua eficácia, será providenciada pela Administração até o quinto dia útil do mês seguinte ao de sua assinatura, para ocorrer no prazo de vinte dias daquela data, qualquer que seja o seu valor, ainda que sem ônus, ressalvado o disposto no Art. 26 desta Lei." (Destacou-se)

O Tribunal de Contas da União ratificou esse entendimento no Acórdão nº 1.336/2006, ao entender que:

"a eficácia dos atos de dispensa e inexigibilidade de licitação a que se refere o art. 26 da Lei nº 8.666/93 (art. 24, incisos III a XXIV, e art. 25 da Lei 8.666/93), está condicionada a sua publicação na imprensa oficial, salvo se, em observância ao princípio da economicidade, os valores contratados estiverem dentro dos limites fixados nos arts. 24, I e II, da Lei 8.666/93."

Assim, os documentos de habilitação da pessoa física a ser contratada são aqueles a que se referem os Arts. 27 a 31 da Lei de Licitações e solicitados nos certames, devendo o setor responsável antes de realizar a contratação da pessoa física, providenciar a regularização dos documentos habilitatórios vencidos, bem como daqueles que vierem a vencer no transcorrer do procedimento administrativo até a conclusão dos serviços, e a juntada dos ausentes, verificando a regularidade, em face da necessidade de manutenção de todas as condições de habilitação e qualificação inicialmente exigidas para a contratação (Art. 55, XIII, da Lei nº 8.666/93).

3 - CONCLUSÃO

Em relação aos preços, verifica-se que os mesmos estão compatíveis com a realidade do mercado em se tratando de produto



Estado do Acre


Câmara Municipal de Mâncio Lima

similar, podendo a Administração adquiri-lo sem qualquer afronta à lei de regência dos certames licitatórios.

Do acima exposto, inobstante o interesse em contratar a referida empresa, relativamente ao fornecimento do serviço em questão, o parecer é favorável a contratação, salvo melhor juízo.

Estas são as considerações que ofertamos ao caso *sub examine*.

Mâncio Lima - Acre, 10 de janeiro de 2022.



Francisco Eudes Brandão da Silva
Assessor Jurídico
OAB/AC 4011



ESTADO DO ACRE
PODER LEGISLATIVO MUNICIPAL
CÂMARA MUNICIPAL DE MÂNCIO LIMA

PROJETO BÁSICO

O Presente Projeto Básico Tem por Finalidade a Contratação por **Dispensa de Licitação com Fulcro no Art. 24, Inciso II da lei 8.666/93.**

1. DO OBJETO

1.1 visando à contratação de prestação de serviços para alimentação, publicação e divulgação das ações da Câmara Municipal de Mâncio Lima, Conforme solicitação e especificação.

2. DO LOCAL DA EXECUÇÃO SERVIÇO

2.1. Os serviços serão executados onde houver acesso à internet.

3. JUSTIFICATIVA

3.1 visando à contratação de prestação de serviços para alimentação, publicação e divulgação das ações da Câmara Municipal de Mâncio Lima, Conforme solicitação e especificação.

4. Nota de Empenho/Contrato

4.1. A prestação dos serviços será formalizada através de um contrato conforme art. 62 da Lei nº 8.666/93.

5. ORÇAMENTO – PREVISÃO DE CUSTO

5.1. As despesas decorrentes deste Contrato correrão à conta da seguinte Dotação Orçamentária: As despesas decorrerão da unidade orçamentária por conta do **Programa de Trabalho: 001.01-01.031.0001.2001.0000** – Manutenção da Câmara Municipal; **Elemento de Despesa: 33.90.36.00.00** – Outros Serviços de Terceiros Pessoa Física; **Fonte de Recurso: 001.**

6. DO VALOR DA CONTRATAÇÃO

6.1. O valor total da aquisição é de **R\$ 14.400,00 (quatorze mil e quatrocentos reais).**

7. OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

7.1. Visando à contratação de prestação de serviços para alimentação, publicação e divulgação das ações da Câmara Municipal de Mâncio Lima, Conforme solicitação e especificação.

8. OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE.

Durante a vigência contratual a CONTRATANTE deverá:

8.1 Efetuar o pagamento a (o) Contratada (o), de acordo com o estabelecido no Contrato;

8.2 Efetuar a fiscalização da execução do objeto nos termos do Art. 67 da Lei 89.666/93

09. CONDIÇÕES DE PAGAMENTO



ESTADO DO ACRE
PODER LEGISLATIVO MUNICIPAL
CÂMARA MUNICIPAL DE MÂNCIO LIMA

9.1 O pagamento será efetuado mensalmente no valor de 1.200,00 (mil e duzentos reais)

10. ACOMPANHAMENTO E FISCALIZAÇÃO DA PRESTAÇÃO DOS SERVIÇOS

10.1. A prestação do serviço será fiscalizada por servidor da Câmara Municipal de Mâncio Lima, na condição de representante da administração pública, o qual deverá atestar os documentos da despesa, quando comprovada a fiel e correta prestação para fins de pagamento;

10.2. A presença da fiscalização da Câmara Municipal de Mâncio Lima, não elide nem Mâncio Lima diminui a responsabilidade da contratada;

10.3. Caberá ao servidor designado rejeitar, totalmente ou em parte, qualquer serviço que não esteja de acordo com as exigências.

11. HABILITAÇÃO

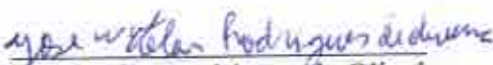
11.1. Para habilitação a contratada deverá apresentar:

- a) Cédula de Identidade;
- b) CPF – Cadastro da Pessoa Física;
- c) Certidão Negativa, ou Certidão Positiva com efeitos de Negativa, de débitos federais e à Dívida Ativa da União, comprovando a regularidade com a Fazenda Federal;
- d) Certidão Negativa, ou Certidão Positiva com efeitos de Negativa, emitida pelo Estado relativo ao domicílio do Licitante, relativa a débitos estaduais, comprovando a regularidade para com a Fazenda Estadual;
- e) Certidão Negativa, ou Certidão Positiva com efeitos de Negativa, emitida pelo Estado relativa ao domicílio do Licitante, da Dívida Ativa da Fazenda Estadual;
- f) Certidão negativa de Execução Patrimonial ou Ação Cível expedida pelo distribuidor da sede da pessoa física.

12. DO FORO

Fica eleito a comarca de Mâncio Lima /Ac - Justiça Estadual com exclusão de qualquer outro, por mais privilegiado que seja, para dirimir quaisquer questões oriundas do presente Contrato.

Mâncio Lima/AC, 04 de janeiro de 2022


José Wytelon Rodrigues de Oliveira
Presidente CPL-CMML



ESTADO DO ACRE
PODER LEGISLATIVO MUNICIPAL
CÂMARA MUNICIPAL DE MÂNCIO LIMA
PROJETO BÁSICO

O Presente Projeto Básico Tem por Finalidade a Contratação por **Dispensa de Licitação com Fulcro no Art. 24, Inciso II da lei 8.666/93.**

1. DO OBJETO

1.1 visando a contratação de pessoa física para alimentar o portal de transparência no endereço www.manciolima.ac.leg.br, publicações no diário oficial, sistema E-LEGIS, e sistema Lincon para atender as necessidades da Câmara Municipal de Mâncio Lima AC, conforme solicitação e especificações.

2. DO LOCAL DA EXECUÇÃO SERVIÇO

2.1. Os serviços serão executados onde houver acesso à internet.

3. JUSTIFICATIVA

3.1 visando a contratação de pessoa física para alimentar o portal de transparência no endereço www.manciolima.ac.leg.br, publicações no diário oficial, sistema E-LEGIS, e sistema Lincon para atender as necessidades da Câmara Municipal de Mâncio Lima AC, conforme solicitação e especificações.

4. Nota de Empenho/Contrato

4.1. A prestação dos serviços será formalizada através de um contrato conforme art. 62 da Lei nº 8.666/93.

5. ORÇAMENTO – PREVISÃO DE CUSTO

5.1. As despesas decorrentes deste Contrato correrão à conta da seguinte Dotação Orçamentária: As despesas decorrerão da unidade orçamentária por conta do **Programa de Trabalho:** 001.01-01.031.0001.2001.0000 – Manutenção da Câmara Municipal; **Elemento de Despesa:** 33.36.40.00.00 – Outros Serviços de Terceiros Pessoa Física; **Fonte de Recurso:** 001.

6. DO VALOR DA CONTRATAÇÃO

6.1. O valor total da aquisição é de **R\$ 14.400,00 (quatorze mil e quatrocentos reais).**

7. OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

7.1. Visando à contratação de prestação de serviços para alimentação, publicação e divulgação das ações da Câmara Municipal de Mâncio Lima, Conforme solicitação e especificação.

8. OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE.

Durante a vigência contratual a CONTRATANTE deverá:

8.1 Efetuar o pagamento a (o) Contratada (o), de acordo com o estabelecido no Contrato;

8.2 Efetuar a fiscalização da execução do objeto nos termos do Art. 67 da Lei 89.666/93

09. CONDIÇÕES DE PAGAMENTO

9.1 O pagamento será efetuado mensalmente no valor de 1.200,00 (mil e duzentos reais)

10. ACOMPANHAMENTO E FISCALIZAÇÃO DA PRESTAÇÃO DOS SERVIÇOS

10.1. A prestação do serviço será fiscalizada por servidor da Câmara Municipal de Mâncio Lima, na condição de representante da administração pública, o qual



ESTADO DO ACRE
PODER LEGISLATIVO MUNICIPAL
CÂMARA MUNICIPAL DE MÂNCIO LIMA

deverá atestar os documentos da despesa, quando comprovada a fiel e correta prestação para fins de pagamento;

10.2. A presença da fiscalização da Câmara Municipal de Mâncio Lima, não elide nem Mâncio Lima diminui a responsabilidade da contratada;

10.3. Caberá ao servidor designado rejeitar, totalmente ou em parte, qualquer serviço que não esteja de acordo com as exigências.

11. HABILITAÇÃO

11.1. Para habilitação a contratada deverá apresentar:

a) Cédula de Identidade;

b) CPF - Cadastro da Pessoa Física;

c) Certidão Negativa, ou Certidão Positiva com efeitos de Negativa, de débitos federais e à Dívida Ativa da União, comprovando a regularidade com a Fazenda Federal;

d) Certidão Negativa, ou Certidão Positiva com efeitos de Negativa, emitida pelo Estado relativo ao domicílio do Licitante, relativa a débitos estaduais, comprovando a regularidade para com a Fazenda Estadual;

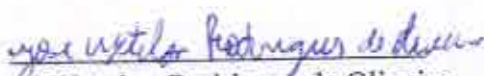
e) Certidão Negativa, ou Certidão Positiva com efeitos de Negativa, emitida pelo Estado relativa ao domicílio do Licitante, da Dívida Ativa da Fazenda Estadual;

f) Certidão negativa de Execução Patrimonial ou Ação Cível expedida pelo distribuidor da sede da pessoa física.

12. DO FORO

Fica eleito a comarca de Mâncio Lima /AC - Justiça Estadual com exclusão de qualquer outro, por mais privilegiado que seja, para dirimir quaisquer questões oriundas do presente Contrato.

Mâncio Lima /AC, 02 de janeiro de 2022.


José Wytelon Rodrigues de Oliveira
Presidente CPL-CMML



ESTADO DO ACRE
PODER LEGISLATIVO MUNICIPAL
CÂMARA MUNICIPAL DE MÂNCIO LIMA

MAPA COMPARATIVO DE PREÇO

| | ADERLAN QUEIROZ DA SILVA | CAIAN CRISOSTONO DA SILVA | FAGNER DA SILVA NASCIMENTO |
|----------------------------|---|---------------------------|----------------------------|
| DESCRIÇÃO DO OBJETO | | | |
| OBJETO | Dispenza de Licitação , visando à contratação de prestação de serviços para alimentação, publicação e divulgação das ações da Câmara Municipal de Mâncio Lima, Conforme solicitação e especificação. | | |
| | P. TOTAL RS 14.400,00 | P. TOTAL RS 16.200,00 | P. TOTAL RS 14.400,00 |

Jose Wytelon Rodrigues de Oliveira
José Wytelon Rodrigues de Oliveira
Presidente CPL-CMML

AV. JAPIIM Nº 1260-CENTRO
CNPJ Nº 04.510.277/0001-15
FONE (68) 3343-1192 - FAX (68) 3343-1192
E-MAIL: camaramanciolima@gmail.com
CEP 69.990-000




ESTADO DO ACRE
PODER LEGISLATIVO MUNICIPAL
CÂMARA MUNICIPAL DE MÂNCIO LIMA

DECLARAÇÃO

ATESTO A INEXISTÊNCIA DE FRACIONAMENTO, referente processo de Dispensa de Licitação por Pequeno Valor, que tem como objeto Visando à contratação de prestação de serviços para alimentação, publicação e divulgação das ações da Câmara Municipal de Mâncio Lima, Conforme solicitação e especificação.

Mâncio Lima /AC, 04 de janeiro de 2021.

Atenciosamente,


José Wytelon Rodrigues de Oliveira
Presidente CPL-CMML

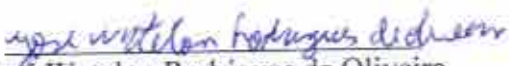


ESTADO DO ACRE
PODER LEGISLATIVO MUNICIPAL
CÂMARA MUNICIPAL DE MÂNCIO LIMA

Encaminhamos a Vossa Senhoria processo de Dispensa de Licitação, visando à contratação de prestação de serviços para alimentação, publicação e divulgação das ações da Câmara Municipal de Mâncio Lima, Conforme solicitação e especificação.

Mâncio Lima /AC, 06 de janeiro de 2022.

Atenciosamente,


José Wytelon Rodrigues de Oliveira
Presidente CPL-CMML



ESTADO DO ACRE
PODER LEGISLATIVO MUNICIPAL
CÂMARA MUNICIPAL DE MÂNCIO LIMA

JUSTIFICATIVA DA SITUAÇÃO DE DISPENSA

As compras e contratações das entidades públicas seguem obrigatoriamente um regime regulamentado por Lei.

Para regulamentar o exercício dessa atividade foi então criada a Lei Federal nº 8.666 de 21 de junho de 1993, mais conhecida como Lei de Licitações e Contratos Administrativos.

O objeto da licitação é contratar a proposta mais vantajosa, primando pelos princípios da legalidade, impessoalidade, igualdade, moralidade e publicidade. Licitar é regra.

Entretanto, há aquisição e contratações que possuem caracterizações específicas tornando impossível e/ou inviáveis as licitações nos trâmites usuais, frustrando a realização adequada das funções estatais.

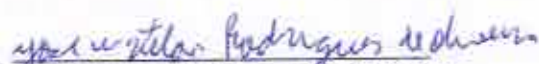
Na ocorrência de licitações impossíveis e/ou inviáveis, a lei previu exceções à regra, as Dispensas de Licitações e a Inexigibilidade de Licitação. Trata-se de certame realizado sob a obediência ao estabelecido no art. 24, inciso II da Lei nº 8.666/93, onde se verifica ocasião em que é cabível a dispensa de licitação:

"Art. 24 É dispensável a Licitação:

*...
II - para outros serviços e compras de valor até dez por cento do limite previsto na alínea "a" do inciso II (R\$ 17.600,00) do artigo anterior, e para alienações, nos casos previstos nesta Lei, desde que não se refiram a parcelas de um mesmo serviço, compra ou alienação de maior vulto que possa ser realizada de uma só vez."*

No caso em questão verifica-se a Dispensa de Licitação com base jurídica no inciso II do art. 26 da Lei nº 8.666/93.

Mâncio Lima /AC, 02 de janeiro de 2022.


José Wytelon Rodrigues de Oliveira
Presidente CPL-CMML